

ACADEMIA MILITAR



GENERAL
TOMÁS ANTÓNIO GARCIA ROSADO
(1864-1937)

PATRONO DO CURSO DE ENTRADA NA ACADEMIA MILITAR
NO ANO LECTIVO
2015/2016

Trabalho realizado por:
Professor Catedrático, ANTÓNIO JOSÉ TELO
Academia Militar, Setembro de 2015

PAGINAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTOS:
CENTRO DE AUDIOVISUAIS DO EXÉRCITO/SECÇÃO DE ARTES GRÁFICAS

Tomás António Garcia Rosado

1864 – 1937



Garcia Rosado na capa da revista francesa Le Pays, em Setembro de 1919.

Fonte: Wikipedia

Autor: António José Telo

O General Garcia Rosado é um alentejano, nascido em Beja, a 4 de Março de 1864. Era filho do tenente do Exército José Francisco Rosado e da sua esposa, Angélica do Carmo Garcia Rosado. Casou-se com D^a Maria Adelaide Costa Rosado, uma união de onde resultaram dois filhos (Álvaro e Manuel) e quatro filhas (Maria, Albertina, Ilda e Margarida).

Muito cedo o futuro general Garcia Rosado decide abraçar a carreira das armas, seguindo as pisadas do pai. Com 11 anos, entra no Colégio Militar,

onde termina a formação secundária. É colega nessa instituição de alguns dos mais ilustres militares da sua geração, com quem o seu caminho se cruzaria muitas vezes, desde Gomes da Costa a Sá Cardoso, Eduardo Costa e outros.



Gomes da Costa frequentou o Colégio Militar ao mesmo tempo de Garcia Rosado e iria cruzar-se com ele na Índia, em Moçambique e no CEP, em França. Garcia Rosado acaba por apoiar o grupo que provoca o afastamento de Gomes da Costa do poder em 1926. Fonte: AHM-FE-CAVE-AG-A11-0652.

Em 1879, Garcia Rosado termina a formação no Colégio Militar e inscreve-se no Curso Preparatório para Artilharia na Escola Politécnica, que completa com distinção em 1882, como alferes aluno de artilharia. Ingressa então (1883) na Escola do Exército, mas não segue o curso de Artilharia; frequenta o de Estado-Maior, considerado dos mais exigentes da altura, obrigando a um excelente domínio da matemática e do planeamento. Em 1885, com 21 anos, conclui o curso, sendo então promovido a alferes e colocado no Regimento de Cavalaria 2. Na altura, só se podia entrar no reduzido quadro do Estado-Maior quando houvesse vaga, o que fazia com que os alferes habilitados com o curso fossem colocados em unidades de várias armas a aguardar.

Em 1887, depois do tirocínio normal, passa a tenente, mantendo-se na arma de Cavalaria. Só em 1889 abre uma vaga no Corpo de Estado-Maior, onde ingressa, sendo então promovido a capitão. Tem 25 anos.

No Estado-Maior Garcia Rosado trabalha em múltiplos projectos, destacando-se a sua acção no planeamento da modernização do Campo Entrincheirado de Lisboa. Este era essencial no pensamento militar da altura, pois constituía a principal linha de defesa do continente em caso de invasão pela fronteira terrestre. Seria no Campo Entrincheirado de Lisboa que se resistia a um invasor, ganhando tempo, de modo a receber a ajuda do Aliado, que necessariamente viria do mar, desembarcando na capital. Garcia Rosado, apesar de estar somente no começo da carreira, tem uma importante acção no redimensionamento do Campo Entrincheirado e na sua modernização, o que se tornava necessário pois a artilharia tinha alcances cada vez maiores. O significado desta modernização do Campo Entrincheirado é tal, que as estradas e linhas de caminho de ferro então edificadas com fins militares condicionaram fortemente todo o futuro desenvolvimento da capital, marcando os seus eixos de expansão e as vias intermédias de ligação.

O então jovem capitão trabalha ainda no levantamento da fronteira do Alentejo e publica vários artigos na imprensa militar, principalmente na Revista do Exército e da Armada, destacando-se já como uma das mais lúcidas cabeças da nova geração. Por essa acção recebe, em 1893, a sua primeira importante consagração: o grau de cavaleiro de Santiago da Espada. Pouco depois Garcia Rosado mostra a importância que dá a formação científica e às letras no universo militar ao preparar um projecto inovador para a Biblioteca Militar Central. Para compreender a vastidão de horizontes do militar em começo de carreira, basta dizer que vários aspectos então propostos para a Biblioteca de Exército, ainda hoje não estão concretizados.

LÍDER, ADMINISTRADOR, DIPLOMATA

A acção de Garcia Rosado no Estado Maior na primeira década da sua carreira leva a que seja considerado um dos mais prometedores oficiais da sua geração. É isto que explica uma situação anormal para a sua idade e experiência: o Infante D. Afonso escolhe-o como Chefe do Estado-Maior na expedição à Índia, em 1895, sob o seu comando. D. Carlos apoia a escolha, ultrapassando as reservas de alguns que consideravam que Garcia Rosado não teria “idade suficiente” para um tão importante cargo. Esta expedição, juntamente com as de Moçambique na mesma altura, é importante para criar a chamada “escola de Mouzinho”, os Africanistas que defendiam a defesa do Império a qualquer preço.

A acção de Garcia Rosado na Índia é brilhante, não só no trabalho de Estado-Maior como igualmente nos combates na região de Satary, onde os

rebeldes são derrotados. Na realidade, o seu prestígio alcança um tal ponto que, em Março de 1896, quando a expedição termina, é nomeado CEM do Governo Geral da Índia.

Garcia Rosado, porém, não fica muito tempo na colónia da Ásia. Segundo tudo indica por indicação directa de D. Carlos, regressa pouco depois a Portugal, sendo nomeado oficial às ordens do Rei e agraciado com o título de Oficial da Torre e Espada. Garcia Rosado goza então de grande prestígio, sendo considerado um dos expoentes da “escola de Mousinho”, um acérrimo defensor da necessidade de reforçar a presença no Império, numa altura de grande perigo para a sua continuidade, que se agrupa à volta de D. Carlos. Até 1897 Garcia Rosado desenvolve uma série de importantes estudos sobre a presença militar no Império, principalmente sobre a ligação que se devia criar entre as unidades metropolitanas e as de recrutamento local, bem como sobre a política a seguir com os oficiais que eram colocados no serviço e nas campanhas coloniais. Estamos no ponto mais alto das campanhas de pacificação, quando se lançam em poucos anos dezenas de expedições para todos os pontos do Império, de modo a assegurar a sua ocupação efectiva, sem a qual ele não teria resistido às pressões internacionais. Garcia Rosado tem uma importante acção no planeamento das modalidades inovadoras desta ocupação, usando para tal a sua experiência nos combates na Índia.

Em Novembro de 1897, Garcia Rosado assume de novo responsabilidades directas na defesa do Império, desta vez em Moçambique, onde é colocado na Beira, como chefe do Governo Militar da Companhia de Moçambique. As chamadas companhias majestáticas, como era o caso da Companhia de Moçambique, eram “estados dentro do estado”, com grande autonomia, tendo mesmo a capacidade de cunhar moeda e emitir selos, para além de terem forças armadas próprias. A Companhia de Moçambique era responsável pela zona central de Moçambique, uma posição particularmente importante, pois estava na fronteira entre a zona de influência Alemã (a Norte), marcada pela Companhia do Niassa, e a zona de influência Britânica (a Sul), marcada pelo caminho de ferro de Lourenço Marques. Quando Garcia Rosado lá chega a situação é particularmente complexa. Estamos perto da guerra anglo-boer, com fortes tensões na região. O Futuro do Império Português foi decidido nos acordos internacionais de 1898-1899, onde D. Carlos teve um papel preponderante, estando em certos casos a Companhia de Moçambique no centro dos problemas.

A acção de Garcia Rosado nestes anos, em resumo, não era simples, pois tratava-se de comandar a força militar no centro de Moçambique no período de maior tensão, que acabou por conduzir à guerra anglo-bóer, a maior no continente africano até então. Mais uma vez, Garcia Rosado foi brilhante: compreendeu a complexa situação muito depressa e apoiou firmemente a política de D. Carlos de se aproximar da Grã-Bretanha, como

única forma de manter o Império. Na realidade, as suas responsabilidades nesta altura aumentam sempre. Em Maio de 1898, é nomeado Comissário do Governo Português para a delimitação da fronteira do Barué; em 1899 regressa à Beira, como Secretário-Geral do Governo de Manica e Sofala, exercendo interinamente as funções de Governador. É nesta altura que Garcia Rosado se revela como um excelente diplomata, procurando sempre o equilíbrio e o entendimento com a poderosa Companhia do Niassa, que domina o Norte de Moçambique, mas sem esquecer o eixo central da lúcida política de D. Carlos: a aproximação à Grã-Bretanha.

Em 1899 Garcia Rosado era ainda um capitão de 35 anos, mas já se tinha revelado um excelente oficial de Estado Maior, um acérrimo defensor da importância da Ciência e das Letras na formação militar, um condutor de homens na Índia e um administrador e diplomata em Moçambique, conseguindo entrar no círculo restrito de D. Carlos, apesar da sua idade.

Em 1900, é promovido a major e regressa a Portugal e ao Estado-Maior, mais uma vez, segundo tudo indica, por indicação directa do Rei. É então que tem o primeiro contacto com os grandes exércitos europeus, acompanhando as manobras anuais da França como representante de Portugal. Garcia Rosado fica muito impressionado com o que viu em França, onde pela primeira vez pode assistir a complexidade que era movimentar uma força de mais de um milhão de homens de forma coordenada e eficiente. Esta experiência fê-lo entender a necessidade de modernizar rapidamente o Estado-Maior e as Forças Armadas Portuguesas, viradas quase exclusivamente para as campanhas de pacificação, uma realidade completamente diferente. Nesta altura que recebe o grau de oficial da Legião de Honra, o que cria uma ligação directa com a França, importante 18 anos depois.

A experiência europeia de Garcia Rosado dura pouco tempo. Em Junho de 1901 regressa a Moçambique, agora como Governador de Lourenço Marques. É, mais uma vez, um momento especialmente complexo. A Guerra Anglo-Bóer está a terminar com a vitória Britânica e Lourenço Marques é a única saída dos Bóeres para o mar, onde se acumulam milhares de refugiados. A acção do Governador tem de ser pautada por especiais dotes de diplomacia e bom senso. Mais uma vez Garcia Rosado faz um trabalho tão bom, que passa a exercer interinamente as funções de Governador Geral de Moçambique quando o general Gorjão regressa à metrópole. Em Setembro de 1904, é nomeado Governador Geral, cargo que já exercia interinamente, o que é extraordinário para um mero major. Recebe então a medalha de ouro dos serviços no Ultramar, antes de regressar a Portugal continental, em 1905.

O CONVÉNIO COM A ÁFRICA DO SUL

Garcia Rosado goza então de grande prestígio o que, como é normal em Portugal, lhe cria múltiplos inimigos e desencadeia fortes invejas.

É promovido a Tenente-Coronel em 1906, numa altura em que tem já um currículo imenso em várias áreas. É então nomeado representante de Portugal em comissões internacionais, que se reúnem em Bruxelas e Haia, alargando os seus conhecimentos dos processos normais nos grandes poderes europeus. Continua muito próximo de D. Carlos e da sua política.

Em 1908 recebe mais uma espinhosa missão: chefiar a delegação que prepara o convénio com a África do Sul. É algo particularmente importante, pois só este convénio permite consolidar toda a acção de ocupação efectiva do Império, onde a geração de Garcia Rosado se empenhou. O acordo permite resolver muitos problemas em aberto, desde a contratação de trabalhadores moçambicanos para as minas da África do Sul, à gestão dos essenciais corredores de passagem em Moçambique e em Angola, para além da cooperação militar. Garcia Rosado confirma-se como um diplomata experiente, sabendo onde ceder e onde ser firme. O convénio assinado é muito favorável a Portugal.

Em 1908 o regicídio representa um forte abalo nacional, colocando tudo em causa. Garcia Rosado, ao regressar das negociações com a África do Sul, é nomeado ajudante de campo de D. Manuel, mantendo-se no círculo do poder ligado à Corte.

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A proclamação da República, em Outubro de 1910, representa um forte abalo para Garcia Rosado. Ele, tal como muitos outros militares próximos da Monarquia, decide então que o seu vínculo principal é com a Nação, pelo que deve continuar a servir lealmente Portugal, independentemente das suas simpatias. Dito nas palavras diplomáticas do general Ferreira Martins, Garcia Rosado acata a República, “sem esconder a sua grata simpatia pela realeza” (Martins, p. 620). Inserimos em anexo o documento de lealdade às novas instituições que Garcia Rosado, bem como todos os oficiais que se mantêm em funções, assinam em 1911 para poderem continuar a servir Portugal. Paralelamente inserimos o documento semelhante que todos os oficiais tiveram de assinar na década de 1930 para continuar em funções. A carreira de Garcia Rosado, como a de todos os oficiais deste período, passou por fortes abalos políticos.

Em 1911, Garcia Rosado é promovido a coronel e regressa ao Estado-Maior. Está agora afastado do círculo do poder e desgostado com a partidarização das Forças Armadas, mas continua a afirmar-se como um excelente pensador e organizador. Em 1913 é nomeado comandante do Regimento de Infantaria 5 (Lisboa), uma unidade sensível, o que prova que as suas capacidades são valorizadas pelo sector moderado dos republicanos.

Garcia Rosado apoia Pimenta de Castro no começo da Grande Guerra, afirmando-se como um antiguerrista. Será bom esclarecer que os antiguerristas, ao contrário do que nome parece indicar, não eram contra a beligerância em

qualquer circunstância. Eles afirmavam que Portugal se devia defender em toda a parte caso fosse atacado e aceitar todos os pedidos feitos pelo Aliado (a Grã-Bretanha), mesmo que tal provocasse a beligerância. Acrescentavam, porém, que Portugal não devia provocar a beligerância contra a vontade da Grã-Bretanha, como os guerristas queriam fazer e, caso entrasse na guerra, não devia enviar uma expedição para França, a não ser que o Aliado o pedisse. Era esta exactamente a posição de Garcia Rosado e foi isso que o fez apoiar Pimenta de Castro e continuar a defender a aproximação em relação à Grã-Bretanha, um princípio que sempre orientou a sua carreira.

OS PRIMEIROS ANOS DA GRANDE GUERRA

Em 1914 e 1915 Garcia Rosado é nomeado director da primeira Escola Central de Oficiais, que se devia tornar na instituição onde se ministravam os cursos para os oficiais ao longo da sua carreira. Neste último ano é ainda nomeado subchefe do Estado Maior do Exército e Quartel-Mestre General interino, cargos que mostram o seu grande prestígio, a pontos de fazer os republicanos radicais esquecerem as reservas que tinham em relação às suas posições.



Garcia Rosado, acompanhado de oficiais do seu EM, percorre as trincheiras Portuguesas em fins de 1918. Origem: AHM-FE-CAVE-AG-A11-1305.

É esse prestígio que explica que, em Abril de 1916, Garcia Rosado seja indicado para comandar a expedição que se preparava para Moçambique. Mais uma vez, era uma responsabilidade de grande melindre num momento especialmente difícil. As anteriores expedições a Moçambique tiveram um infeliz desempenho, tendo sofrido muitas baixas sem terem sequer entrado em contacto com inimigo, em larga medida por problemas de desorganização e má coordenação entre o comando político e o militar. Com a entrada de Portugal na guerra (Março de 1916) a Grã-Bretanha só solicitou duas prestações militares: a defesa do território continental e o envio de uma expedição para Moçambique. O pedido acrescentava que se devia invadir a colónia Alemã vizinha pela fronteira do Rovuma, em conjugação com a ofensiva que forças Aliadas de múltiplas origens desenvolviam a partir do Norte, do Oeste e do Índico.

Garcia Rosado é designado para comandar o que seria a mais importante expedição militar da guerra até então e a única efectivamente pedida pelo Aliado. Esperava-se que as suas conhecidas qualidades de liderança, carisma e organização, aliadas ao amplo conhecimento de Moçambique e dos Aliados em África, permitissem inverter a situação anterior e obter a vitória que faltava a Portugal.

Garcia Rosado entregou-se a esta tarefa de corpo e alma, pois não só ela era perfeitamente lógica dentro das suas convicções de anti-guerrista, como apelava ao seu elevado patriotismo e ao brio do militar que tinha sempre levado a bom porto as mais difíceis missões. Simplesmente, em 1916, Portugal entrava na guerra com profundas clivagens nacionais e os problemas políticos não tardaram a surgir. As intrigas multiplicam-se e os sectores republicanos mais radicais, que eram os dominantes no poder então, levantam problemas uns após outros ao coronel Garcia Rosado. O militar defende os seus oficiais e procura criar as melhores condições para a expedição, de modo a evitar os erros de desorganização das anteriores. O choque final surge quando o Ministro das Colónias pronuncia uma frase ambígua num discurso no Parlamento, que podia ser entendida no sentido que Garcia Rosado estava a adiar a expedição porque não queria partir.

Para o visado era uma inaceitável ofensa, completamente falsa, que punha em causa a sua honra militar e brio patriótico. Assim sendo, pede para ser submetido a julgamento do Conselho Superior de Disciplina do Exército, de modo a ser apurado sem sombra de dúvida se as afirmações tinham alguma base de verdade. O parecer do CEME de então é que lhe deve ser permitido defender a honra em tribunal. O Ministro, porém, possivelmente por conhecer a fragilidade da sua posição e a falsidade das afirmações, não o aceita. Assim sendo, o Ministro da Guerra arranja uma escapatória e invoca o facto de Garcia Rosado ter enviado para cima o pedido de um capitão da força que comandava, onde se solicitava o pagamento de um subsídio

de campanha usual nas operações de pacificação, para lhe aplicar, a 13 de Maio de 1916, uma “*pena de repreensão*”. Era claramente um pretexto para o afastar do comando da expedição, com um subterfúgio pouco imaginativo, que mostra que mais nada tinham conseguido encontrar.

Que teria acontecido se a expedição a Moçambique de meados de 1916 tivesse sido comandada por Garcia Rosado, um dos mais prestigiados oficiais do Exército, com um amplo conhecimento de Moçambique e das campanhas em África? Não sabemos. Mas sabemos o que aconteceu: a expedição, comandada por um oficial de nomeação política, acabou mal, obtendo alguns êxitos iniciais para depois os perder todos, recuar para dentro de fronteiras e ter tantas baixas como as anteriores, sem nada obter.

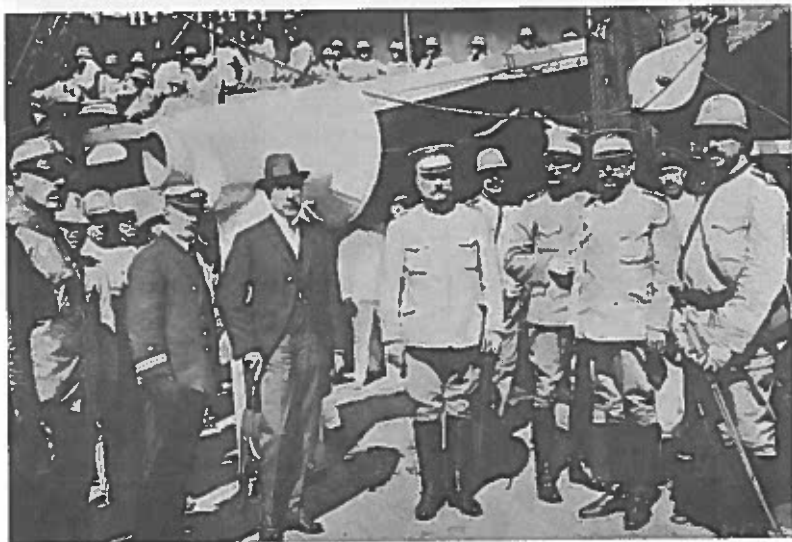


Ilustração Portuguesa de 12 de Junho de 1916. O general Gil prepara-se para partir à frente da expedição que Garcia Rosado devia ter comandado, a maior de todas as enviadas para África.

Garcia Rosado passa então por uma travessia do deserto, sendo afastado de lugares de responsabilidade, apesar da sua experiência e conhecimento. Será um dos muitos oficiais do Exército que apoia o movimento vitorioso de Sidónio Pais. Este entrega-lhe de imediato as responsabilidades máximas no Exército (nomeado CEME), promovendo-o a general. A “*pena de repreensão*” aplicada a Garcia Rosado é considerada “*nula para todos os efeitos*” por despacho do Ministro da Guerra de 21 de Janeiro de 1918 (reproduzido em anexo).

O COMANDO DO CEP – MAIS UMA MISSÃO IMPOSSÍVEL

Nesta altura (Dezembro de 1917) o CEP já estava em França sob o comando do general Fernando Tamagnini, mas a Grã-Bretanha tinha retirado os seus navios desde Outubro de 1917, impedindo a rotação e renovação da força. Passados uns meses, em circunstâncias que não interessa aqui desenvolver, o CEP passa pela difícil experiência do 9 de Abril, a maior batalha dos Portugueses na Grande Guerra. A 2ª Divisão que ocupava o sector do Lys na Frente Ocidental, comandada por Gomes da Costa, sofre cerca de um terço de baixas em poucas horas. Algumas unidades Portuguesas, nomeadamente da arma de artilharia, continuam a combater, mas o que resta do CEP é colocado na retaguarda em funções auxiliares, desmoralizado e a necessitar urgentemente de reorganização.

O comando do CEP que vinha do passado, tendo sido nomeado pelos governos guerristas, revela-se incapaz de resolver o problema, não conseguindo sequer encontrar uma solução que mereça o apoio do Aliado, sem o que era impossível qualquer renovação da força.

É nesta situação aflitiva que Sidónio Pais entrega a Garcia Rosado a missão mais difícil da sua vida: revitalizar o CEP, começando por negociar com a Grã-Bretanha uma solução aceitável por todos. Era uma verdadeira missão impossível, mas Garcia Rosado não hesita em a aceitar. Em Julho de 1918 o CEP em França tinha passado para cerca de 35 mil militares. Portugal defendia que ele devia ser reconstituído, o que implicava que a Grã-Bretanha destacasse navios para o envio de reforços a partir de Portugal.



Garcia Rosado, recém-chegado a França passa revista a uma unidade do CEP. O general sabe que é essencial levantar a moral da força, pelo que faz frequentes visitas às unidades, falando com os soldados e procurando melhorar a sua situação. Fonte: AHM-FE-CAVE-AG-A11-1004.

A 15 de Julho de 1918 Garcia Rosado parte para França, ainda sem assumir oficialmente o comando do CEP. Com ele vai um pequeno número de oficiais que são o melhor que o Exército Português tem, como organizadores ou como líderes de homens no terreno, com destaque para o seu CEM Sinel de Cordes e para o general Alves Roçadas, com uma ampla experiência das campanhas em África. A “escola de Mouzinho” tomava conta do CEP.



Sinel de Cordes foi o braço direito de Garcia Rosado no comando do CEP, tendo sido nomeado CEM. Fonte: AHM-FE-CAVE-AG-A11-1273.

Garcia Rosado começa por manter conversações com os Aliados, pois sabe que sem o seu acordo qualquer solução é impossível. Como é um hábil diplomata, percebe que a chave do problema está na França, que sempre apoiou as pretensões Portuguesas. Garcia Rosado começa por falar com os Franceses, pedindo-lhes o seu apoio nas negociações com os Britânicos. Só depois parte para Londres na mais difícil missão diplomática da sua vida.

A Grã-Bretanha estava fortemente traumatizada pelo contacto com o antigo comandante do CEP e com os guerristas Portugueses. A mera chegada de Garcia Rosado às negociações ajuda a mudar o espírito do Aliado, pois este entende rapidamente que finalmente o CEP tem um líder à altura. Ainda em Junho de 1918, antes da chegada de Garcia Rosado, o

comando militar Britânico em França pedia o repatriamento do CEP antes de terminar a guerra (NA PRO WO 158/121) e, em começos de Julho, era o próprio marechal Haig que assinava uma proposta onde afirmava que só aceitava unidades Portuguesas na frente comandadas por oficiais Britânicos (NA PRO WO 158/118). É esta situação "impossível" que Garcia Rosado encontra quando chega a Londres.

Em pouco tempo Garcia Rosado muda por completo a posição Britânica. O hábil general e diplomata utiliza todos os seus recursos, desde o apoio da França, aos de uma parte do Governo Britânico e aos militares que mais simpatizam com os Portugueses. Explica-lhes pacientemente que a proposta de Haig é politicamente inaceitável e apela para o seu bom senso agora que a guerra está a terminar, não hesitando em dizer que certamente não querem que uma Aliança com 500 anos seja manchada por algo que se pode resolver facilmente. A 19 de Agosto já o Chefe do Estado Maior Imperial, o máximo responsável militar Britânico, intervém para moderar a posição do marechal Haig. A proposta final Britânica acabou por ser o que os Portugueses sempre tinham pretendido: o CEP seria reorganizado sob comando Português, com uma divisão na frente e outra em apoio na retaguarda, ou seja, tal como existia a 8 de Abril.

A 20 de Agosto, Garcia Rosado aceita as propostas Britânicas, que eram exactamente o que pretendia. A GB coloca uma única condição: devia começar-se por reconstituir a divisão combatente com as forças que estavam em França, para só depois pensar no seu reforço. A 23 de Agosto o general volta à França, onde assume no dia seguinte o comando da força Portuguesa, apesar de ter sido nomeado oficialmente por Sidónio Pais no mês anterior. Com a chegada de Garcia Rosado e do seu novo comando tudo muda. Os militares Britânicos são os primeiros a entender que finalmente o CEP tem a liderança que merecia e colaboram abertamente com ela, ao contrário do que faziam antes.

A mensagem de Garcia Rosado aos militares do CEP é muito simples: o passado não interessa; agora é essencial um esforço patriótico para reabilitar o CEP e a honra nacional; os abusos e nomeações políticas do passado vão terminar; com o novo comando, só o mérito provado no terreno conta; não haverá mais nomeações ou perseguições políticas; não se aceite a indisciplina ou o laxismo; o esforço a desenvolver deve ser motivado somente por considerações patrióticas. Era esta a linguagem que o CEP precisava de ouvir, pelo que os seus melhores elementos entendem que, finalmente, têm um líder. O novo general faz frequentes visitas às unidades, fala com todos, ouve-os, preocupa-se, procura satisfazer os pedidos razoáveis, pune e afasta os incompetentes. Garcia Rosado sabe que é urgente colocar unidades combatentes no terreno de imediato, pois os Aliados passaram à ofensiva e a Alemanha recua na Frente Ocidental.

Era uma lufada de ar fresco que varria o CEP, com a linguagem e as atitudes que deveriam ter existido desde o primeiro momento, apoiado no carisma e credibilidade que antes faltava. Os melhores oficiais do CEP compreendem que o espírito agora é outro e, apesar de todas as dificuldades, um grupo dinâmico começa a reorganizar companhias e batalhões, recorrendo aos melhores homens de várias unidades. Participam neste esforço final guerristas e anti-guerristas, antes divididos pelo clima de intriga e partidarização, mas agora unidos pelo exemplo de Garcia Rosado e o imperativo patriótico: Helder Ribeiro, Ferreira do Amaral, Augusto Casimiro, Joel Vieira, Farinha Beirão e tantos outros. Garcia Rosado tinha conseguido fazer vibrar o brio patriótico e repor parcialmente a unidade por cima das fundas clivagens políticas do passado. Era o trabalho típico de um grande líder militar.

É preciso acrescentar, porém, que enquanto isto acontecia com uma parte do CEP, outra estava demasiado doente pela experiência anterior para poder ser recuperada – a desmoralização, a descrença, a falta de confiança que vinham do passado eram simplesmente demasiado fortes. O trabalho de reorganização é intenso em Agosto e Setembro, mas dá-se então um forte abalo. A partir de 27 de Setembro vários batalhões recusam-se a obedecer às ordens, registando-se os mais graves casos de insubordinação do CEP.

Garcia Rosado reage prontamente, sem esperar ou pedir qualquer ordem de Lisboa. Começa por desarmar e enviar para unidades disciplinares os amotinados. Uma vez restabelecida a disciplina, vai de imediato ter com o Aliado Britânico. Dá-lhe conta da insubordinação, sem nada ocultar. Tem depois uma iniciativa que, mais uma vez, prova que era um grande general, que não hesitava em correr riscos e remar contra a maré, tomando iniciativas sem esperar ordens superiores. Enquanto até aí sempre tinha dito aos Britânicos que seria necessário esperar até que uma divisão, mesmo enfraquecida, estivesse reorganizada para que o CEP voltasse à frente sob comando Português, agora muda de posição, sem ter sequer consultado Lisboa.

Diz aos Aliados que os Portugueses querem voltar ao combate de qualquer forma; acrescenta que conta com vários batalhões prontos a marcharem para a frente – a artilharia combateu sempre em França, mas a infantaria desde o 9 de Abril só colaborava em acções na retaguarda. Com as amotinacões que se deram, porém, vai demorar algum tempo a ter uma divisão pronta para combater. Assim sendo, pede que os Britânicos aceitem de imediato os batalhões reorganizados, que estão preparados para voltarem à frente mesmo sob comando Britânico e de acordo com o que o Aliado decida, nem que seja a nível de companhia ou pelotão. Para os militares Britânicos é uma linguagem completamente nova, que prova a coragem e a determinação do novo comandante do CEP. Pela primeira vez desde que o CEP tinha desembarcado em França criou-se uma relação de

estreita colaboração entre os Aliados e os Britânicos ajudam e facilitam em tudo o que podem, sabendo que do outro lado o espírito é o mesmo.

É de salientar que a posição de Garcia Rosado tinha um precedente. Também os americanos em França diziam inicialmente que só combateriam quando tivessem grandes unidades treinadas e sob comando americano. Simplesmente, quando surgiu uma situação crítica, em Março de 1918, logo o general Pershing muda de posição: os Americanos declaram-se prontos a entrar em combate mesmo a nível de companhia, inseridos em unidades Francesas ou Britânicas.

É graças a esta posição individual de Garcia Rosado que, nas últimas semanas da guerra, um número crescente de unidades do CEP (batalhões de infantaria, grupos de artilharia, baterias de morteiros, companhias de sapadores, pioneiros e mineiros, serviços diversos) regressam ao combate.

Estão animados do “espírito de Garcia Rosado” e todos os testemunhos são claros num ponto: era este espírito que devia ter vigorado desde o começo. Mesmo os guerristas afastados do poder, como João Chagas em França, reconhecem que o CEP encontrou finalmente a postura combativa e aguerrida que lhe tinha faltado. Os oficiais Britânicos estão maravilhados e não acreditam que sejam os mesmos homens de há umas semanas atrás. Os comandantes das brigadas britânicas onde os batalhões portugueses se inserem afirmam que confiam tanto neles como nos seus e lhes custa a entender a mudança a que assistem.

A verdade, porém, é que esta reorganização se aplicou somente a uma pequena parte do CEP, menos de um quinto do total, e que os batalhões que combatem no fim da guerra são formados com os melhores militares de muitas unidades, de todas as cores políticas e ideológicas.

É graças ao “espírito Garcia Rosado” que os Portugueses acompanham o avanço Aliado nas últimas semanas da guerra, ajudando a reconquistar o antigo terreno do CEP, as velhas linhas de Fauquissart, Neuve Chapelle e Ferme du Bois, ensanguentadas a 9 de Abril. Em fins de Outubro as cores Portuguesas entram triunfalmente em Lille, a grande cidade francesa ocupada pelos Alemães desde 1914, na zona do antigo sector Português no rio Lys. Nos primeiros dias de Novembro, os Portugueses estão presentes no avanço final e algumas unidades entram na Bélgica quando a guerra termina, a 11 desse mês.

Nas semanas finais de 1918 os Aliados têm uma série de atitudes pouco normais, bem reveladoras da alta consideração que Garcia Rosado lhes merece. O comandante do CEP, por exemplo, acompanha Haig na entrada triunfal dos Franceses na Alsácia – Lorena; o Rei Jorge V recebe o comandante Português em Dunquerque e dirige-lhe palavras de grande apreço. É em larga medida Garcia Rosado, com o seu prestígio junto dos Aliados, que

consegue que unidades Portuguesas estejam presentes no desfile da vitória, tanto em Paris como em Londres.



Os Portugueses passam sob o arco do Almirantado em Londres no desfile da vitória. Fonte: PT AHM-FE-CAVE-AG-A11-1740.

Garcia Rosado, sem ter conseguido refazer o CEP como corpo de exército, o que era uma missão impossível pela falta de transportes cedidos pela Grã-Bretanha, conseguiu um verdadeiro “milagre”. Ele mostrou nestas poucas semanas a diferença que um grande chefe militar pode fazer, tanto na força própria como na relação com o Aliado. Todos os documentos internos Britânicos, os únicos que contam porque os louvores públicos não revelam a real opinião, provam que o Aliado compreendeu que finalmente tinha chegado ao CEP uma liderança inspirada e forte.

O REGRESSO A PORTUGAL

Seria de esperar que, depois disto, Garcia Rosado fosse recebido triunfalmente em Lisboa, mas isso não acontece. Sidónio Pais foi assassinado em fins de 1918 e os republicanos radicais voltaram ao poder, pelo que grande parte da direcção do CEP do fim da guerra, conotada com o Sidonismo, com o anti-guerrismo e mesmo classificada de “monárquica”, era encarada

com fortes reservas. Garcia Rosado será destituído do comando do CEP em Abril de 1919, quando ainda estavam uns milhares de Portugueses em França. Recebe nesta altura as mais importantes condecorações dos Aliados, tanto da Grã-Bretanha, como da França e da Itália, mas não por parte de Portugal.

Foi preciso esperar até 1920 para que Garcia Rosado recebesse a Grã-Cruz da Torre e Espada. Isto inseriu-se num movimento de reconciliação nacional e no novo espírito promovido por instituições emergentes, como a futura Liga dos Combatentes, que afirmavam nomeadamente que todos os combatentes deviam ser honrados e protegidos, independentemente da sua conotação política e ideológica. O futuro Presidente António José de Almeida, um republicano moderado, foi um dos que lutou para que o mérito indesmentível de Garcia Rosado fosse reconhecido. O novo espírito e a fama que acompanhava o segundo comandante do CEP fizeram que tornasse a assumir as funções de CEME entre 1919 e 1924, um período particularmente conturbado.

Garcia Rosado é um dos generais com mais prestígio no Exército nos anos vinte, sendo à sua volta e de Sinel de Cordes que se reconstitui o núcleo que corresponde, em larga medida, ao comando final do CEP. Em 1924 passa à reserva e integra o Supremo Tribunal Militar, para além de outros cargos, como o de Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, o Conselho Supremo da Liga dos Combatentes e o de Presidente de Honra da Comissão de Padrões da Grande Guerra. É a partir do Supremo Tribunal Militar que Garcia Rosado tem de passar pela curiosa experiência do julgamento do seu anterior CEM, Sinel de Cordes, e de dezenas de oficiais que apoiaram a revolta falhada de 1925 e acabariam absolvidos e louvados pelo tribunal.

EMBAIXADOR EM LONDRES

Ainda estava reservada uma nova missão delicada para Garcia Rosado. A 7 de Julho de 1926 é nomeado embaixador de Portugal em Londres. O movimento do 28 de Maio tinha vencido há poucas semanas e Garcia Rosado apoia o seu núcleo central, que acaba por se impor e afastar Gomes da Costa da chefia. As relações com o secular aliado são essenciais nesta altura, pois não só depende dele o reconhecimento internacional da nova situação como também o eventual apoio financeiro. Mais uma vez Garcia Rosado cumpre com total sucesso uma missão espinhosa, agora no campo diplomático e, mais uma vez, serve de ponte para uma reaproximação com a Grã-Bretanha.

Em 1934, Garcia Rosado passa a reforma. Morre em Sintra, a 30 de Agosto de 1937, com 73 anos. Portugal perdia o melhor general da sua geração, o pensador, o diplomata, o organizador, o militar, em resumo, que se podia gabar de, apesar dos muitos entraves políticos, ter cumprido com sucesso muitas missões “impossíveis” ao longo de várias décadas de intenso labor patriótico.

Bibliografia e Fontes

Arquivo Histórico Militar – PT-AHM-DIV-3-7-2363-m001 - Processo Individual de Garcia Rosado.

Fundo fotográfico em AHM-FE-CAVE-AG-A11.

National Archives (PRO) em Londres (Kew Gardens).

-*-

Amaral, Ferreira do – *A Mentira da Flandres e o Medo*, Lisboa, Editora J. Rodrigues, 1924.

Fraga, Luís Alves de – *General Tomás Garcia Rosado, o Outro Comandante do CEP*, Lisboa, Prefácio, s.d.

Cortesão, Jaime – *Memórias da Grande Guerra*, Porto, Renascença Portuguesa, s.d.

Magno, David – *Livro da Guerra – Portugal na Flandres*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1921.

Martins, Ferreira – “Tomás Garcia Rosado”, *Revista Militar*, nº 9, Setembro de 1937.

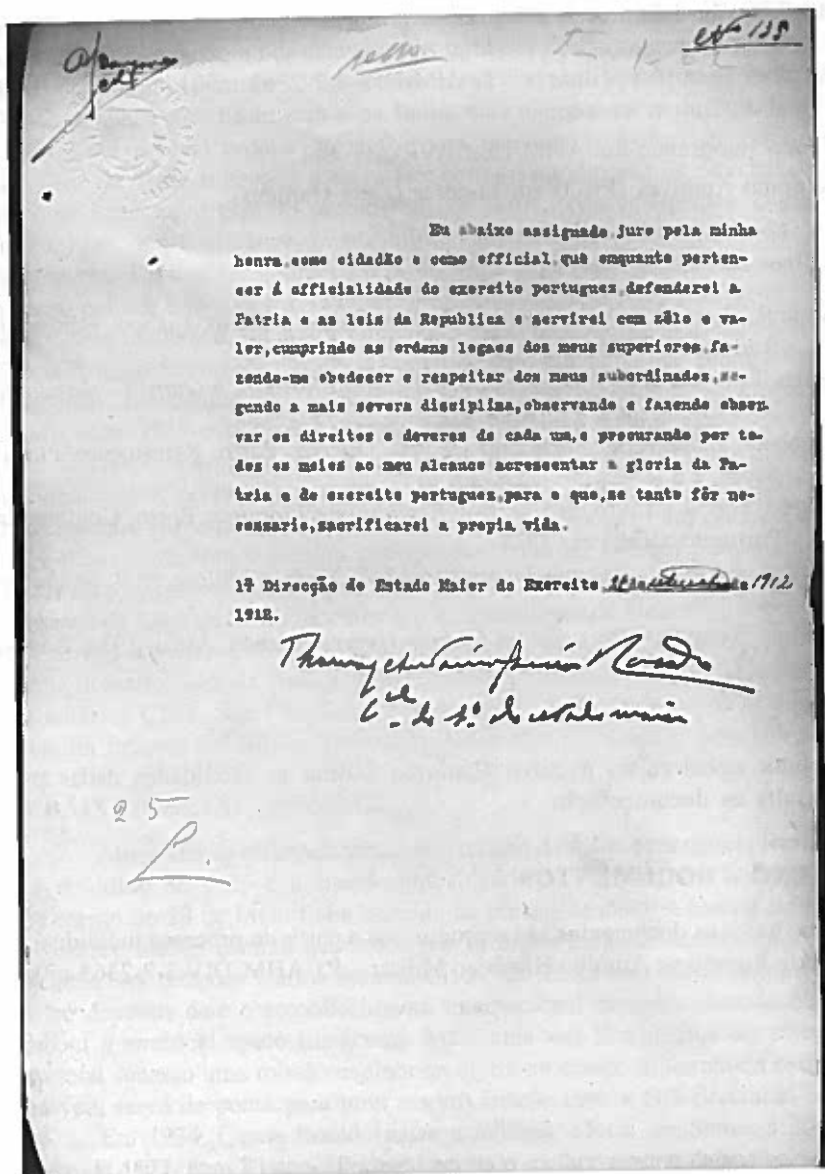
Martins, Ferreira – *Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Ática, 1934, 2 vols.

NOTA

O autor agradece ao Arquivo Histórico Militar as facilidades dadas para consulta da documentação.

ANEXO – DOCUMENTOS

Nota: todos os documentos são reproduzidos a partir do processo individual de Garcia Rosado no Arquivo Histórico Militar – PT-AHM-DIV-3-7-2363-m001.



Documento 1 - 27 de Setembro de 1912. Garcia Rosado assina o documento que todos os officiaes do Exército tiveram de subscrever com a mudança do regime em 1910.

1
20
1332
CONFIDENCIAL

19 Junho 6
General Director da 1ª Direção Geral de
Secretaria da Guerra

EX-4
127
L I S B O A

Para ser presente a Sua Ex^a o Ministro remeto a
V^a Ex^a um requerimento do coronel do Serviço de Es-
tado Maior, Thomas Antonio Garcia Rosado, que pede pa-
ra ser submetido a julgamento do Conselho Superior
de Disciplina do Exército pelas faltas que lhe fe-
ram atribuídas pelo Ex^{mo} Presidente do Governo e
Ministro das Colónias na sessão da Câmara dos De-
putados em 19 de maio do corrente anno.

Eu informo o requerimento porque, nas atribuições
inherentes ao meu cargo, não me é facultado referir-
me a quaesquer considerações, que os membros do Go-
verno apresentem nas sessões do Parlamento: todavia,
em face dos serviços prestados pelo requerente na
mua longa e distincta carreira militar, reputo equi-
tativo não lhe seja tolhido o direito de defesa pro-
pria e lhe seja facultado defender-se perante o Con-
selho, para que apela, de quaesquer referencias que o
possam visar, a fim de poder afirmar-se no bem con-
ceito, que lhe tem sido reconhecido por todos os che-
fes, sob cujas ordens tem servido.

COMANDO DO ESTADO MAIOR DO EXERCITO

(a) Antonio Rodrigues Ribeiro
par

Documentos 2 - 19 de Junho de 1916 - O CEME apoia o pedido do coronel Garcia Rosado para ser submetido a julgamento pelo Conselho Superior de Disciplina do Exército, de modo a provar a falsidade das alegações públicas do Ministro das Colónias. O assunto sobe a Conselho de Ministros, que recusa o julgamento e afasta o militar do comando da expedição a Moçambique.

SECRETARIA
DA
GUERRA

1.ª DIREÇÃO GERAL

2.ª REPARTIÇÃO

N.º 202

SERVIÇO DA REPÚBLICA

Lisboa, 22 de Janeiro de 1918

Ao Sr. Chefe da 2ª Repartição desta Direcção

LISBOA

Para os devidos efeitos, comunico a V.Exa que Sua Exa o Ministro da Guerra, por seu despacho de 21 do corrente mês, anulou o despacho ministerial de 12 de Maio de 1916, que applicou a pena de repreensão ao coronel do serviço do estado maior, actualmente general, Thomas Antonio Garcia Rosado, ficando assim nula para todos os efeitos a referida pena a que se refere a nota reservada nº 290, expedida por esta Repartição, em 13 de Maio de 1916.

O Chefe da Repartição,

Luiz de Almeida Henriques
5405 a 21/18

1918 - 22 de Janeiro, Lisboa

Documento 3 - 21 de Janeiro de 1918. Um despacho do Ministro da Guerra anula a pena de repreensão applicada a Garcia Rosado em 12 de Maio de 1916.

Con. F. 4/3
[2a. S.]
Enfim

DECRETO

Hei por bem nomear comandante do Corpo Expedicionario
Portuguez o General Thomas Antonio Garcia Rosado.

O Secretario de Estado da Guerra o faça publicar.

Paços do Governo da Republica, 10 de Julho de 1918.

Sidónio Pais

Ministro da Guerra M. Mendes

Documento 4 - 10 de Julho de 1918. Sidónio Pais, recentemente eleito como Presidente da República, assina o decreto que nomeia Garcia Rosado como comandante do CEP.

13
(a)

Thomé Antonio Garcia Rosado

(b)

Nome (em letra legível) Thomé Antonio Garcia Rosado

Lugar que exerce General reformado

Nos termos do § 1.º do artigo 3.º da lei n.º 1.901, de 21 de Maio de 1935,
declaro, sob minha palavra de honra, que não pertenço nem jamais pertencerei a associa-
ções ou institutos secretos, como são definidos no artigo 2.º da lei acima mencionada.

Em 29 de Maio de 1935

Thomé Antonio Garcia Rosado

Declaro que a presente assinatura foi feita na minha presença.

(Assinatura do chefe respectivo)

Assinatura do chefe respectivo

(a) Militar, corpo administrativo ou corporação administrativa.
(b) Direção, repartição, serviço ou estabelecimento.

Documento 5 - 29 de Maio de 1935. Depois de aprovada a Constituição de 1933, todos os oficiais do Exército tiveram de assinar este documento. Foi algo de semelhante ao que tinha acontecido em 1911/1912. É interessante estudar a evolução da assinatura de Garcia Rosado entre 1911 e 1935.